



INTERPELAÇÃO ESCRITA

Atenção ao aumento dos casos de cibercrime

A Polícia Judiciária divulgou ontem que, em comparação com o ano passado, a criminalidade informática e o cibercrime aumentaram significativamente, com 431 processos instaurados, representando um aumento de 37,7%. O aumento significativo dos casos de jogo *online*, de burla em investimentos e compras *online*, bem como o registo de 1600 alertas detectados por dia pelo Centro de Alerta e Resposta a Incidentes de Cibersegurança (CARIC) no ano passado chamaram a atenção da população. Segundo os dados dos serviços competentes, os casos de namoro *online* e os casos de burla através de relacionamentos *online* (*enjo kosai*) diminuíram notoriamente no ano transacto, demonstrando que a promoção do Governo, em cooperação com as associações, produziu efeitos positivos na prevenção do cibercrime. Todavia, o mundo cibernético tem natureza oculta e apresenta incertezas, as práticas de crimes estão sempre a mudar, por isso, é necessário ajustar, de forma atempada, a promoção e a execução da lei, consoante o tipo dos crimes.

Além disso, o cibercrime implica riscos de segurança diferentes. Mesmo que não haja registo de incidentes graves de cibersegurança, não devemos baixar a guarda. O Presidente do País, Xi Jinping, referiu, no seu discurso



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

importante, que, “se não há cibersegurança, não há segurança do Estado; se não há informatização, não há modernização.” Após a entrada em vigor da Lei da cibersegurança em 2019, foi criada a Comissão para a Cibersegurança, e introduzida, no ano passado, uma alteração à organização e funcionamento da Polícia Judiciária. Na sequência da criação da Divisão de Cibersegurança na PJ, responsável pela prevenção e investigação dos crimes cibernéticos, os trabalhos de salvaguarda da cibersegurança melhoraram bastante, mas perante a evolução da conjuntura interna e externa, e a sofisticação das práticas dos crimes cibernéticos, é necessário pormenorizar e preparar com muita antecipação os trabalhos de cibersegurança.

Assim sendo, interpelo o Governo da RAEM sobre o seguinte:

1. Em relação ao aumento dos casos de jogo *online* e de burla em investimentos e compras *online*, as autoridades devem analisar, sistematicamente, os dados dos referidos casos, para identificar as características das vítimas de burla cibernética e definir as respectivas estratégias de combate a este crime. Já o fizeram?
2. Atendendo à mudança do ambiente cibernético e à evolução da conjuntura interna e externa, como é que as autoridades vão melhorar a cibersegurança nos serviços públicos e aumentar a respectiva atenção? A salvaguarda da cibersegurança envolve tecnologias e talentos de diferentes níveis, assim, há que reforçar as equipas de cibersegurança, através da introdução, contratação e formação interna



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

de talentos em cibersegurança de diferentes níveis, no sentido de prestar tanta importância à cibersegurança como à segurança do Estado. As autoridades vão fazer isso?

3. A salvaguarda da cibersegurança é responsabilidade comum de toda a sociedade. Qual é o plano das autoridades sobre o reforço da promoção e divulgação da lei respectiva? As autoridades devem reforçar a cibersegurança na sociedade e a consciência sobre a prevenção da burla cibernética, em conjunto com as escolas, associações e pessoas das diversas faixas etárias, de modo a construir, em conjunto, uma linha de defesa da segurança da internet e do Estado. Como é que vão fazê-lo?

5 de Fevereiro de 2021

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Wong Kit Cheng